



ATA Nº4

11 de abril de 2014

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

**Rua Dr. Miguel Bombarda, nº.23
2615-125 Alverca**

Ata nº.4

Ao décimo primeiro dia do mês de abril de dois mil e catorze, pelas vinte uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, no Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

Estiveram presentes:

PARTIDO SOCIALISTA

Manuel Domingos da Conceição Lourenço
Luciana Maria Maia Nelas
António Espada Pereira
José Manuel Morais Chumbo
Ana Sofia da Silva Paiva Pires
Maria Domitília Sousa Pargana
José Manuel Pascoalinho das Neves
Avelino Oliveira Santos
João Pedro Pinto Baião

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Carlos Manuel Gonçalves
Carla Alexandra Rebocho Tavares
Quitéria Margarida Soares Constantino Meireles
Fernando de Carvalho Moreira
António Augusto Marques Sequeira
Ângelo José C. Almeida Mendes
Vítor Manuel Guterres Torres

COLIGAÇÃO NOVO RUMO

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Olga Yauseyeva Martins

BLOCO DE ESQUERDA

Maria do Carmo de Sousa da Costa Dias

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão de trabalhos, cumprimentando em primeiro lugar, o Senhor Presidente Afonso Costa, e respectivo executivo, os eleitos da Assembleia de Freguesia, os funcionários da Junta presentes, público em geral e Comunicação Social.

Passou de imediato, aos pedidos de substituição em que da parte do Partido Socialista, Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos substituída por Avelino Oliveira Santos, Maria Clara Soares Negrinho substituída por Maria Domitília Inácio Pargana, por parte da bancada da Coligação Novo Rumo, temos a substituição de José Carlos Adão Conde por Olga Yauseyeva Martins.

Entreviu, de seguida, o Sr. José Chumbo da bancada do Partido Socialista, relativamente à substituição da 2ª. Secretária, Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos por Ana Sofia da Silva Paiva Pires.

Antes de iniciar os trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia dedicou um Voto de Pesar à Exma. Senhora D. Maria Helena Pacheco Vieira Correia Pires de Carvalho e passou à leitura do mesmo:

“Voto de Pesar

Helena Maria Pacheco Vieira Correia Pires de Carvalho

Apresentamos um sentido Voto de Pesar, pelo falecimento da ilustre e reputada figura da sociedade Alverquense, Helena Maria Pacheco Vieira Correia Pires Carvalho, falecida no passado dia 8 de Abril, no Hospital de Vila Franca de Xira, vítima de um AVC.

Helena de Carvalho, Alverquense, de famílias com longa história na nossa Freguesia, era conservadora do Registo Predial de Vila Franca de Xira, e esposa do Vereador João de Carvalho, eleito pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, a Assembleia de Freguesias da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, deseja perpetuar a sua memória, aprovando um voto de pesar pelo seu falecimento, a expressar junto da sua família.

As nossas sentidas condolências à família,

Sobralinho, 11 de Abril de 2014”

Pedindo de seguida um minuto de silêncio.

Cumprido o minuto de silêncio, passou-se à aprovação da Ata nº.3 de 20 de dezembro de 2013.

A Ata foi aprovada por maioria com o voto de abstenção da parte da Coligação Novo Rumo. Pediu a palavra, Olga Martins da CNR para justificar a sua abstenção pelo facto de não estar presente na anterior sessão de Assembleia de Freguesia.

A Sra. Presidente solicitou às bancadas para se inscreverem para o Período Antes da Ordem do Dia.

A Sra. Presidente de Assembleia de Freguesia, referiu que tal como da última vez para respeitar o tempo, propõe os dez minutos por bancada. Aproveitou para informar a existência de uma página da Assembleia de Freguesia na rede social, “Facebook”, que foi criada para a nível de teste, o intuito é meramente informativo, quem quiser participar ou comentar sugere que o façam por mensagem privada para que não ferir susceptibilidades.

Falou igualmente, a questão do intérprete de Língua Gestual, que não foi esquecida, mas que por muita boa vontade que a Assembleia de Freguesia tenha, são valores algo elevados e inoportáveis para o orçamento da mesma. No período da noite, são 45€ à hora e ainda com despesas de deslocação, a 0,39€ por km. E se houver inscrições em

todas as sessões, pode-se não poder dar continuidade ao projeto. No entanto, no próximo orçamento poderá propor-se um outro valor em que se possa englobar esta situação. O importante é frisar que este assunto foi trabalho e não está esquecido.

A Sra. Presidente perguntou aos eleitos se queriam apresentar algum documento à Mesa. Dando então a palavra ao Bloco de Esquerda, a Sra. Presidente da Assembleia sendo chamada imediato chamada a atenção, o Sr. José Chumbo, perguntou se não se mantinha a regra que já tinham, ou seja, por ordem de votação. Pedindo desculpa a Sra. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. José Chumbo da bancada do Partido Socialista, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que na sua primeira intervenção irá apresentar uma Moção e posteriormente colocar uma questão ao Executivo. Iniciou então a leitura da “Moção A” sobre “Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo”. Terminada a leitura pediu para a mesma ser entregue às restantes bancadas. E passou por colocar a questão ao Executivo, que tem a ver com uma notícia publicada no jornal “O Mirante” de 3 de abril, em primeira página, nomeadamente acerca de um de atropelamento de um cidadão na Rua João Mantas, em que a própria PSP diz que não pode fazer nada, nem conhecem as matrículas dos carros, o que é estranho. A pergunta que coloca é pedir esclarecimento ao Executivo sobre a situação da “João Mantas” dado que anteriores mandatos também já houve problemas nesta rua, com pilaretes e acessos à mesma.

A Sra. Presidente da Mesa pergunta à bancada de CDU se pretende apresentar a Moção. Seguiu-se assim a leitura da “Moção B” sobre “Contra a Privatização da EGF” por parte do Sr. Vítor Torres da Coligação Democrática Unitária.

Terminada, a Sra. Presidente deu a palavra à D. Maria do Carmo Dias do Bloco de Esquerda, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos presentes na sala e congratular o facto de pela primeira vez esta sessão de Assembleia se realizar no Sobralinho. E passou para o assunto da língua gestual, até porque não viu a informação se era necessária ou não a interprete. Compreende pelos valores apresentados que são um pouco elevados para o orçamento que a Assembleia tem, e não pelo serviço profissional em questão. Acha que se deve reconsiderar o orçamento de Assembleia, eventualmente no próximo ano, dado que a língua gestual é uma prioridade, porque as pessoas com deficiência merecem todo o nosso respeito. No entanto, agradece o assunto não ter ficado em esquecimento. Fez uma chamada de atenção ao facto de a documentação não ter sido enviada por e-mail, como era habitual. Agradece, no entanto, os documentos, em papel, ter chegado atempadamente à sua mão. A Sra. Presidente, respondeu que segunda a informação que lhe chegou, a documentação era muita e pesada, foi zipada e reenviada. No entanto, a Sra. Presidente disse que na próxima iriam ter mais cuidado com este assunto. A D. Maria do Carmo Dias concluiu não ter tido tempo para confirmar se efetivamente recebeu. Dirigindo-se ao Sr. Presidente do Executivo, dizendo que sendo 2014, um Ano Internacional da Agricultura Familiar não seria propício para implementar aquela Moção que o Bloco de Esquerda foi aprovada há uns tempos atrás, sobre criação das hortas sociais em Alverca, obviamente alargá-la ao Sobralinho. Relativamente às ciclovias, cicláveis não estão de certeza, está pedonável pelo menos? É a questão colocada. Considera também importante a criação um parque de estacionamento para bicicletas na Escola Pedro Jacques de Magalhães ou acrescentar o existente. Propõe que a Junta compre terrenos

e imóveis devolutos, por exemplo com esses terrenos criar hortas sociais, dado que o mercado está em baixa, seria uma boa altura, e com esses terrenos criar hortas sociais e também fazer bolsas de estacionamento e eventualmente outras coisas. Sobre o terreno que era para ser o Centro de Estágio do Alverca, qual a possibilidade de esses terrenos reverterem para a Junta ou para Câmara, como sendo espaços para que possam serem criados projetos que revitalizem a cidade. Voltando um pouco atrás, na anterior assembleia, o Sr. Presidente garantiu que iria rebaixar os passeios junto às passadeiras, para uma melhor mobilidade. A promessa não foi cumprida e mais precisamente na Rua do Trabalhador, no cruzamento com a Rua da Juventude em Alverca, a obra estava concluída e o passeio não foi rebaixado, isto foi em dezembro e já estamos em abril e nada foi feito. Entretanto como estamos novamente em obras é bom que desta vez aproveitem e que rebaixem os passeios junto às passadeiras. Em relação aos Ecopontos que arderam, alguns já foram reposicionados, a questão é para quando a reposição daqueles que ainda faltam? Na Praceta das Oliveiras, junto ao parque de basquetebol e mais próximo do WC canino que lá se encontra, há uns dias que se encontra um buraco de esgoto que tem um gradeamento por cima está tirado, aquele buraco é um perigo para as crianças e para todas as pessoas que por ali circulam. Justifica que não fez nenhuma saudação, mas dado que esta é a última Assembleia antes das comemorações do 25 de abril, queria deixar uma saudação especial aos 40 anos de abril e que nunca esqueçam o que conseguimos até aqui adquirir.

A Sra. Presidente de Assembleia agradeceu e passou de seguida a palavra a D. Olga Martins da bancada da Coligação Novo Rumo, que começou por cumprimentar todos os presentes. Avançou de seguida com a questão em relação à expansão do Quartel dos Bombeiros de Alverca, pretendo saber o ponto de situação e também sobre as lombas degradadas na zona do Brejo, questões estas já levantadas pela bancada CNR na anterior sessão de assembleia. Chamou ainda a atenção para os buracos existentes na estrada na Rua dos Lavadores perto da Rotunda do Choupal.

A Sra. Presidente agradeceu a intervenção da D. Olga Martins. E perguntou à bancada da CDU se queriam apresentar mais algum documento dos que entregaram. O Sr. Carlos Gonçalves diz que quer ler a "Saudação ao 25 de abril e 1º. de maio", e também outros pontos que tem para apresentar. A Sra. Presidente da Mesa diz que têm sete minutos para o fazer.

O Sr. Carlos Gonçalves começa por cumprimentar o Sr. Presidente, aos eleitos da Junta, às bancadas, aos funcionários da Junta de Freguesia e ao público em geral e passou à leitura da Saudação (em anexo).

Após a conclusão da leitura, dirigiu-se ao Sr. Presidente Afonso Costa, dizendo que já que em anterior Sessão de Assembleia, haviam referido a necessidade de resolver o problema da Estrada de Arcena, dado que por ali passam centenas de crianças e reformados para o Posto de Saúde e Escola, não havendo nenhuma segurança. E também repavimentar a Estrada de Arcena, porque as chuvas abriram novos buracos. Focar ainda dois aspetos que são reincidentes, nomeadamente duas tampas de esgotos perto dos sinais do Bom Sucesso que saltam continuamente sempre que chove muito e trata-se de um perigo iminente. No Brejo na estrada que dá continuidade a Arruda, o pavimento está a um nível superior aos passeios, o que implica que quando

chove muito, as águas sobem os passeios e conseqüentemente para dentro de algumas casas. E ainda a necessidade de efetuar uma desbaratização junto ao Banco Santander Totta, existe uma tampa perto ao rio Crós Crós, os residentes queixam-se que saem de lá muitas baratas e com tem um cheiro nauseabundo.

Terminando, a Sra. Presidente deu a palavra ao Sr. João Baião da bancada do PS, cumprimentou todos os presentes, começou por dizer que dividir a sua intervenção em três momentos, inicialmente pela leitura de uma Saudação (em anexo) e depois na colocação de duas questões ao Executivo. Iniciou a leitura.

Assim que terminou, passou a colocar as questões ao Executivo, uma delas já foi colocada noutra sessão de assembleia, que tem diz respeito à intervenção na Rua dos Baltares e outras Ruas, na antiga freguesia do Sobralinho e também na Rua Olival do Canto, onde foram tapados os buracos, mas toda a via não levou o pavimento que era suposto levar, qual o ponto de situação? Se vai haver outro tipo de intervenção, como já foi referida na imprensa? A outra questão prende-se com o início com a construção da Escola no Sobralinho, onde já se visualiza alguns movimentos. Pretende-se saber o ponto de situação da obra, de forma a se conhecer mais um pouco o projeto.

Terminou, agradecendo, de imediato a Sra. Presidente da Mesa dirigiu-se à bancada da CDU, referindo-se ao tempo limitado que a mesma usufruía, dando mais dois minutos, um pouco mais que os dez minutos atribuídos a cada bancada.

O Sr. Carlos Gonçalves referiu-se ao tempo atribuído como desproporcional, afirmando que não é justo dar o mesmo tempo à bancada do CDU em detrimento de bancadas que têm apenas um elemento. A Sra. Presidente justificou que há que respeitar “os tempos”, dizendo que as bancadas têm de saber gerir o tempo da melhor forma, até porque dentro de três minutos terá de dar voz ao público.

Descontentes com a situação, dois dos elementos da bancada do CDU passaram para o local do público e inscreveram-se para falar livremente. Os elementos inscritos da CDU, foram o Sr. Fernando Moreira e D. Quitéria Meireles. Esta situação provocou alguma agitação e confusão na Sessão de Assembleia.

A Sra. Presidente da Mesa, tentando estabelecer alguma organização começou por dar a palavra ao primeiro inscrito, neste caso, o Sr. Fernando Moreira da CDU que visivelmente irritado, começou por se dirigir à Sra. Presidente e restante Mesa com alguma crispação e arrogância, porque há limitação de tempo, dizendo que todos tem liberdade de falar, por isso é que temos uma Moção ao 25 de abril, que faz parte de Assembleia de Freguesia, alegando que nunca viu uma Mesa de Assembleia como a presente, que se desconhece as datas convocatórias, desrespeitando a antecedência mínima, que a sua fixação é quase inexistente, que a população desconhece que há uma marcada uma sessão assembleia, com que intuito é que é que isso feito, continuou, questionando com quem é que foi discutido esses dez minutos, quando a Sra. Presidente da Mesa tentou evocar o Artigo do Regimento onde estava especificado e regulamentado esse tempo, o Sr. Fernando Moreira interrompeu, com um pouco agressivamente, que não queria saber de papéis, que está habituado a falar e todas as pessoas tinham direito de falar o que entendessem. Que não aceita imposições. A Sra. Presidente, calmamente, leu o Artº. 23 do “Período Antes da Ordem



do Dia”, que diz “O Período Antes da Ordem do Dia, destina-se a assuntos gerais do interesse da freguesia e tem a duração máxima de dez minutos”, sem no entanto ter de se dirigir ao Sr. Fernando Moreira para se manter em silêncio dado que também não o tinha interrompido enquanto falava. Concluiu a Sra. Presidente da Mesa, que o tempo é distribuído equitativamente por todos e cada bancada tem de se organizar de forma a aproveitar da melhor possível esse tempo, fazendo a comparação com a bancada do PS, que foi detentora de igual tempo.

Sendo 22 horas, naquele exato momento, a Sra. Presidente deu a palavra ao público. A Sra. Presidente da Mesa, propõe aos líderes de bancada fazer uma reunião para discutirem este assunto. Feitas as inscrições por parte do público. A Sra. Presidente deu a palavra à D. Quitéria Meireles.

D. Quitéria dirigiu-se à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia e secretárias, Sr. Presidente da Junta Freguesia e restantes elementos, Comunicação Social, colegas das Bancadas, amigos presentes. Começou por dizer que é a primeira vez que veio falar no lugar do público, lamenta imenso a situação e continua a achar que poder-se-ia ter mais tempo, que só aconteceu nesta Assembleia desde que as freguesias se uniram. De seguida começou por destacar a ausência da Polícia de Intervenção, que salientou como sendo uma perda grave para a população, dado que tem havido no Sobralinho algumas situações, ameaças de roubo, invasão de propriedade alheia e falta de segurança, solicita que a mesma seja reposta. Mencionou também a Estrada dos Baltares, dado que a mesma teve uma segunda rotura nos passeios porque houve quem se esquecesse que o gás não era somente para a freguesia do Sobralinho mas também para a fábrica da IBEROL, assim, pede a intervenção do Sr. Presidente da Junta que faça chegar à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, quando as obras terminarem, para que a mesma seja devidamente alcatroada e os passeios arranjados para que não sucedam mais acidentes. Relativamente à Escola que vai ser construída nas traseiras do Pavilhão Desportivo, pensa que é EB1 com Jardim de Infância, supunha que seria uma escola com um piso térreo mas afinal constou-se que será uma de 1º. andar, portanto pressupõe que o Sr. Presidente conhece o espaço, no entanto faz uma chamada de atenção para ribeira que por lá passa, e que a ribeira irá certamente sofrer um desvio no caudal, salientando que o caudal da mesma ser médio alto, alto, salientando que presidiu a Junta de Freguesia houve um Inverno em que com as chuvas foram fortes e dando se uma grande subida das águas na Ribeira Graciosa, portanto era importante que o assunto fosse bem estudado. Algumas também se queixaram que ficaram sem o passeio, realmente a taponagem veio efetivamente acima do passeio, sugere a possibilidade de criar um espaço para a passagem das pessoas. Verificando que existe um outro elemento a assessorar a Assembleia, se vai haver rotatividade nos colaboradores nomeadamente em relação aos funcionários pertencentes ao Sobralinho. Pretende saber também, se os Correios se vão manter na freguesia do Sobralinho, porque houve rumores de iria deixar de funcionar. Levantou também a questão das colaboradoras da Sede da União das Freguesias, se iriam salvaguardar o funcionamento, elaboração de todos os documentos e informação exigidos, dado que as mesmas andam sempre a circular de um lado para outro. Em relação ao pessoal reformado, levanta a questão se aquele pessoal vai ser substituído, se vão ficar os elementos suficientes para limpeza e conservação de toda a freguesia, que é bastante grande.

A Sra. Presidente da Mesa, agradeceu e deu palavra ao Sr. Fernando Moreira, começou por afirmar que nunca ninguém o manda calar, que vai falar sempre que lhe apetecer, que não aceita imposições, passou a criticar diretamente o comportamento da Sra. Presidente da Mesa, dizendo que nem o Sr. Vargas que era do mesmo partido, nem a Sra. Secretária que está sentada ao seu lado e que foi a anterior Presidente, teve um atitude semelhante, que sempre houve entendimento e respeito. Comparando-a com alguns árbitros de futebol que no fim de acalmarem os jogadores, atçam-nos. Dirigiu-se, de seguida, ao Sr. Presidente do Executivo, dizendo-lhe que estava na altura de acabar com a "bagunça" da Rua João Mantas, referindo-se à circulação do trânsito, acrescenta que a PSP manda-lhe emails para a Junta, a Junta para a PSP, e ninguém se entende. Sugere que a Junta de Freguesia de uma vez por todas dê uma solução conjuntamente com a PSP. Seguidamente, passou à leitura de duas Propostas a primeira sobre a "Remoção de Barreiras Arquitetónicas" (em anexo) e posteriormente outra Proposta sobre a "Iluminação Pública" (em anexo). Terminando assim a sua intervenção.

A Sra. Presidente deu a palavra ao Sr. Fernando Mendes, que cumprimentou os presentes da sala, desejando uma boa-noite a todos, identificou-se como sendo o Presidente da Associação de Reformados do Sobralinho. Fez um agradecimento público à União das Juntas de Freguesias pela colaboração ARPIFS que deram pelo 19 anos da sua existência, foi um dia muito passado, onde participaram também a banda Filarmónica Alverquense, também a atuação o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Arcena, o desfile as mulheres com trajes tradicionais. Depois, referiu que iria falar de um assunto um pouco desagradável, dado que há mais um mês que o Sr. Presidente da Junta comunicou que a Sessão de Assembleia era no Centro Convívio Álvaro Pinheiro, e em vésperas ficou a saber por outras pessoas que afinal era no Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, incrédulo, foi confirmar numa convocatória existente no salão de cabeleireiro e confirmou a veracidade da informação. Não sabe exatamente de onde surgiu o erro, se da Junta, se da própria Assembleia, só lamenta e pede que a situação não se repita, porque ficou numa situação muito constrangedora perante os outros, concluindo.

Agradecendo, a Sra. Presidente deu voz, ao Sr. Fernando Caio, desejando uma boa noite a todos. É Presidente da Assembleia-Geral desta instituição e agradece o facto de a Assembleia decorrer na mesma e podem contar sempre que necessitarem com este Centro. Como cidadão do Sobralinho, diz que deve ser extremamente complicado juntar e gerir as duas Freguesias e apenas faz um reparo a estes problemas do tempo e duração que se levantaram hoje nesta Assembleia, os mesmos devem ser clarificados com exatidão no Regimento da mesma. Como cidadão residente do Sobralinho, aproveita para falar igualmente no policiamento, é um assunto que o preocupa bastante, acha que pode se tornar uma situação séria, porque existem pessoas que acham que as ruas do Sobralinho são autênticas pistas de cross. Outra questão, é os buracos do Sobralinho, fazendo uma piada com buracos, dizendo que chegou a pensar que era para o metropolitano. Uma situação, nada agradável e espera que seja resposta a pavimentação convenientemente. Disse ainda que andam por aí "fulanos", a fazerem-se passar como sendo dos Bombeiros, alegam que vão cobrar serviços e quotizações, e para pessoas idosas, ou os mais incautos são enganados. Afirmando que

ainda hoje, em Alhandra, um Senhora foi roubada em cento e muitos euros. Pede para partilharem esta informação.



A Sra. Presidente da Mesa, aproveitou para agradecer ao Sr. Armando Sousa a disponibilidade para receber esta Sessão de Assembleia no Centro Social para Desenvolvimento do Sobralinho.

Seguiu-se o Sr. Mário Correia, após cumprimentar todos os presentes, sem exceção, dirigiu-se à Sra. Presidente da Mesa dizendo que pode mais tempo a outros mas não pode roubar tempo a ninguém, que não é tirando tempo a umas bancadas que as outras são melhores. Concluindo dizendo "isto, não é abril".

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, agradeceu ao Sr. Mário Correia, e diz que em relação ao tempo de dez minutos, já foi utilizado na última assembleia de freguesia e não foram levantados problemas, no entanto talvez haja necessidade de rever esta situação. Assim que seja oportuno irá propor aos eleitos de bancada agendar uma reunião para avaliar cada situação e ser unânime para todos, para esta questão não se repetir.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente do Executivo, perguntando-lhe seria queria responder às questões apresentadas. O Sr. Presidente Afonso Costa, perguntou à Sra. Presidente da Mesa se poderia iniciar por responder ao público. A Sra. Presidente, anuiu que sim. Começou o Sr. Presidente do Executivo, por cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia e digníssima mesa, todas as bancadas, deu as boas vindas aos novos, D. Olga Martins, Sr. Avelino e a D. Domitília, que se estreiam nesta andança deste novo mandato, membros de Executivo, público em geral, Comunicação Social, funcionários da autarquia, ao Sr. Fernando Caio que cedeu amavelmente esta casa para celebração desta Assembleia, ao Sr. João Mendes.

Respondendo à D. Quitéria Meireles, o único problema que existe no policiamento de proximidade, a única questão é o horário, porque trabalham entre as 8h e as 20h. Eles continuam a fazer as rondas que faziam, continuam a ter posto nas instalações da Junta de Freguesia, continuam dar apoio aos CTT quando as pessoas vão receber os seus vales, continuam a dar apoio aos nossos idosos e às escolas, continuam a dar apoio ao movimento associativo, que tivemos a oportunidade de ver no sábado passado, que estiveram sempre a acompanhar a banda, mas há sempre possibilidades de melhorar, dizendo que vai falar com a Sra. Comandante da 92 (Esquadra de Alhandra), no qual pertencem, para tentar fazer um reforço. Mas a proximidade do policiamento continua a trabalhar nos mesmos moldes. O Chefe Rocha é uma pessoa incansável e sempre disponível para participar e inclusive, e deu como exemplo, o grande evento, que foi um desfile de Carnaval, estiveram presentes sete agentes da PSP, acompanhar graciosamente as crianças pelas ruas da freguesia, o que nos deixou bastante agradado.

Relativamente, à Estrada dos Baltares e da Graciosa, e sobre as obras do gás está tudo feito e da EDP está quase, falta no caminho Olival dos Cantos. Porque a LISBOAGÁS fez duas condutas, uma conduta para ligar diretamente à IBEROL e uma outra conduta para reforçar a rede doméstica e pequena indústria da freguesia Sobralinho, Alhandra e São João dos Montes. Durante estas obras houve diversas roturas, só num dia houve

seis roturas. Chegou-se à conclusão que a conduta que está instalada na Estrada da Graciosa e dos Baltares é uma conduta antiga, em fibrocimento, e ao rasparem todo aquele betuminoso e ao por máquinas pesadas para colocar nova recarga, iria fragilizar ainda mais a estrutura. A SMAS resolveu abrir um novo processo concursal, para fazer uma nova rede de abastecimento de água doméstica a toda aquela população e chegou-se a acordo com a LISBOAGÁS não repavimentar, tapar só as valas porque um concurso destes no valor de 70 mil euros ainda está a decorrer. Caso não haja contratamentos, no final do mês o trabalho do SMAS estará feito, passado duas semanas será colocado o novo betuminoso, depois as marcações de toda a via. Dando um exemplo, a Rua 1.ª de Maio, a EDP já entrevistou, está a fazer reposição de passeios novos, com colocação de lãncil e calçada todo novo, estas obras de subsolo trazem muitos inconvenientes mas são obras necessárias. Mais tarde, vão dar valor à nova estrutura com maior caudal e com maior pressão para servir toda a população. Sobre a escola, a obra já começou, com a montagem do estaleiro. A primeira intervenção no terreno vai ser o desvio da Ribeira Graciosa. A ribeira passa no meio do terreno, vai ser desviada para junto ao passeio para ficar mais espaço para escola. A escola é uma escola básica, que no princípio do projeto seria uma escola básica com JI, mas tem de se analisar, se há crianças suficientes para abrir o JI. Até porque existe uma grande instituição na freguesia em que temos salvaguardar, porque também dá trabalho a muitas pessoas.

Sobre o assunto do passeio, diz existir passeio dos dois lados, se construir um outro passeio vamos acabar com o estacionamento. Trata-se duma área urbana nova em que é necessário muito estacionamento. Deve-se auscultar a população nesse sentido.

O Sr. Presidente do Executivo dirigiu-se seguidamente à D. Maria do Carmo, afirmando que não faz promessas, mas assume compromissos. Quanto ao Posto dos Correios, é um dado adquirido. É uma realidade. Os CTT é para manter, têm um funcionário, o mesmo só será encerrado se as altas esferas dos correios o queiram, mas aí teremos uma palavra a dizer e também informaremos a população.

Relativamente aos funcionários, os funcionários são todos da União, são todos rotativos, não há funcionários fixos. E referiu-se ao João sendo do som, que hoje estava ali, no sábado passado esteve a fazer o som ao rancho folclórico na Casa do Povo Arcena, como está em Alverca e está sempre à disposição. Estamos numa União para repartir esforços. No sábado passado vimos a força que a União pode ter. Podemos juntar sinergias das duas freguesias, fazer uma União forte, o objetivo é que a população não saia a perder. As populações não pode ser prejudicadas por estas Reformas Administrativas em que não foram chamadas e nos impuseram.

Seguiu-se as respostas ao Sr. João Moreira, relativamente à Rua João Mantas, começou por dizer que temos um regulamento de trânsito claro (aprovado em 1996) e que diz que a Rua João Mantas, Poente - Nascente é proibido trânsito em toda a sua extensão, Nascente - Poente em toda a sua extensão, excepto cargas/descargas, bombeiros, carros residentes e a Junta emitiu um cartão a todos os residentes, a todos os comerciantes é só colocar nas suas viaturas. Agora, as forças de segurança têm de atuar. É assim que tem de ser. O Sr. Comandante da Esquadra 91, ou seja o Sr.



Subcomissário Ricardo está, no momento, numa ação de formação, mas para a semana estará numa reunião na Junta. Sobre as recomendações que o Sr. Fernando Moreira apresentou em nome da CDU, pede que as faça chegar para analisar com calma, e se for possível as executar.

Quanto ao Sr. João Mendes, queremos dizer nós, autarquia e autarcas, que agradecemos ao Senhor, ao grupo de mulheres, que há mais de 19 anos, no muito que têm feito prol da freguesia do Sobralinho, na ocupação dos tempos livres, na formação, como no recreio e na cultura. No sábado passado ocorreu uma iniciativa bonita, animou-se ruas, houve um lanchinho, inaugurou-se o telheiro que tanta falta fazia, assumiu o Sr. Presidente do Executivo o compromisso de reparar os fornos, antes daquela iniciativa de 3 e 4 de junho. Sobre os assuntos da Assembleia, nomeadamente às convocatórias, afinal até havia convocatórias espalhadas, até porque o Sr. João Mendes viu um delas ao pé da cabeleireira. Mas, certamente a Sra. Presidente da Assembleia irá falar sobre isso.

Dirigindo-se ao Sr. Fernando Caio, é uma realidade que existem muitos buracos, muitas obras, muitas intervenções, esperemos que até ao fim do mês, para quando chegar os festejos da freguesia e da vila, esteja tudo resolvido, nomeadamente as festas do “Divino Espírito Santo”, porque serão muitos os que nos irão visitar.

Ao Sr. Mário Correia, dizer-lhe que as portas que abril abriu, vão tentar para que nunca se fechem que estamos cá para isso.

Dirigiu-se à Sra. Presidente da Mesa, dizendo que nesta primeira fase tinha respondido a todas as questões colocadas, passando-lhe a palavra.

A Sra. Presidente da Mesa, agradeceu e passou por dizer que em relação à Assembleia de Freguesia e as Convocatórias, desde o início que o local da mesma foi sempre no Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, houve certamente algum equívoco pelo facto de se fazer lá mais vezes.

E dando a palavra à bancada da CDU, falou a Sra. Carla Tavares, desejando uma boa noite a todos e pedindo desculpa pelo atraso, justificando que o trabalho a impossibilitou de chegar a horas. Posto isto, começou por dizer que mesmo com atraso de vários anos, quer realçar a nova rotunda da Estrada Nacional 10 com a abertura do novo espaço comercial ALDI, que diz ter aspetos algo estranhos, pode vir a revelar-se acidentada. Uma obra de vários pesos e várias medidas, passeios que se interrompem na própria via da rotunda, um passeio agradavelmente largo, este na lateral do ALDI e que termina na inexistência de passeio, apenas uma pequena berma já existente. Uma diferenciação de passeios, assim que termina o espaço da superfície comercial, revelando falta de preocupação e cuidado. Considera ainda mais agressivo o triângulo no cruzamento de quem sai do ALDI para entrar na rotunda, quem vai no sentido de Alverca para Vila Franca de Xira, depara-se com este triângulo de cruzamento bastante dentro do espaço da rotunda e ao mesmo na Estrada Nacional, uma situação bastante confusa, logo impõe-se que esta Assembleia, recomende à Câmara Municipal e outras entidades de gestão de tráfegos, como é o caso das Estradas de Portugal, que suspenda de imediato as obras até resolução das referidas anomalias.

Dirigiu-se à Sra. Presidente da Assembleia e ao Sr. Fernando Caio, que sempre a recebeu tão bem naquela instituição e que gostou de rever, pedindo desculpa por voltar novamente ao assunto, e embora estas coisas devam ser tratadas ao nível do Regimento, quer crer que as contas têm de ser feitas com mais justiça, trata-se apenas de utilizar a matemática e assim fosse nem poderia ter participado. Diz ter passado por uma ditadura no trabalho e que ali, não vai permitir que isso aconteça. E recorda que foram todos eleitos em prol e defesa das populações de Alverca e Sobralinho, não para conversarem quatro vezes por ano e durante uma ou duas horas. Terminando, diz ser aqui que trataram das preocupações e das questões das populações, e nesse sentido teremos que estar as horas que forem necessárias.

A Sra. Presidente da Mesa repetiu mais uma vez que esta questão vai ser revista, de forma a encontrar uma solução. E agradeceu.

A D. Maria do Carmo, pediu para falar, a Sra. Presidente da Assembleia deu-lhe a palavra, pedindo para ser breve para poder se iniciar a votação às Moções apresentadas.

A D. Maria do Carmo, do Bloco de Esquerda, referiu que na reunião que houve com as diferentes bancadas para estabelecer e fazer alterações ao Regulamento, nunca se falou nos dez minutos e ele estão lá há bastante tempo, porque também nunca o cumpriu. Mas fazendo-o não se pode permitir arrogâncias e prepotência. No entanto, aconselha a rever as contas, dado que sessenta minutos a dividir pelas quatro bancadas dá quinze minutos e não dez a cada bancada. A Sra. Presidente da Mesa interrompeu para dizer que tem de se incluir as respostas por parte do Executivo. À qual a D. Maria do Carmo do Bloco Esquerda, disse que, então não o “Período Antes da Ordem do Dia”, é para dividir com o Executivo. Acrescentando, não achar muito correto e democrático dividir pelos dezanove, porque os que tem mais representatividade continuam sempre favorecidos. Havendo bom senso, acha que, por exemplo, um das bancadas não usufruindo os dez minutos a que tem direito os mesmos revertessem a favor das outras bancadas ou a qual necessitar mais. Pode-se ser menos rigorosos, mais equitativos e democráticos. E terminou dizendo “Nunca calar, 25 de abril sempre, fascismo nunca mais”.

A Sra. Presidente da Assembleia disse que o mais correto é rever a situação e prosseguiu perguntando se alguém quer manifestar sobre as Moções apresentadas, não havendo, passou à votação.

Iniciou a votação da **Moção A** apresentada pelo Partido Socialista, sobre **“Parque Ribeirinho sobre o Estuário do Tejo”**, aprovada por unanimidade.

Seguidamente a **Moção B** apresentada pela Coligação Democrática Unitária, sobre **“Contra a Privatização da EGT”**, aprovada com maioria com duas abstenções.

A Sra. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Executivo, nomeadamente o Sr. Presidente Afonso Costa, que começou a sua intervenção dizendo que antes de começar a responder e porque gosta de cumprir com os seus compromissos, e nesse sentido, enviou a pedido da ANAFRE, o relatório da deslocação dele e da Sr. Presidente

da Assembleia ao Congresso da ANAFRE, a todos. Salientou também que no concelho dois Presidentes de Junta foram eleitos para Órgãos Nacionais da ANAFRE, neste caso ele próprio e o Sr. Presidente da Junta de Vialonga, farão parte do Concelho Geral da ANAFRE.

Começando por responder ao Sr. José Chumbo, da bancada do PS, quando respondeu ao Sr. Fernando Moreira sobre a Rua João Mantas estava tudo isto, brincando com a situação sobre o jornal mencionado pelo Sr. José Chumbo, dizendo que gosta de rigor na informação e que só lê jornais e ouve rádio do concelho, como “Voz Ribatejana” e a “Rádio Iris”, a Comunicação Social presente na sessão.

Sobre a Estrada dos Baltares e Graciosa que o Sr. João Baião falou, acha que também respondeu quando do público, a SMAS está a fazer uma grande requalificação da rede de abastecimento doméstico e que em principio termina em maio, serão mais duas semanas irão ser feitas as recargas e posteriormente as marcações de todo o pavimento. Na Rua Olival dos Cantos é essa questão, o reforço da EDP para a nova urbanização que ali nasceu. Relativamente, a obra da Escola também respondeu há pouco, está montado o estaleiro e iniciará efetivamente com o desvio da Ribeira da Graciosa.

Dirigiu-se ao Sr. Vitor Torres compreende a sua moção mas não se pode pronunciar.

E passou ao Sr. Carlos Gonçalves, da bancada da CDU, resolver os problemas da Estrada da Arcena, fizemos uma grande lista de estradas a pavimentar, e este assunto como é do conhecimento de alguns vai a reunião de Câmara na próxima 4ª.feira. A nossa grande prioridade, é a Estrada da Várzea e do Brejo, a que liga ao Estrada Nacional 10 à 10.6, que passa junto à escola, por isso mesmo não se justifica estar a colocar lombas quando a estrada vai ser toda repavimentada e então sim, a colocação das lombas. Na Quarta-Feira, o assunto vai ser analisado pelos senhores Vereadores, e deseja que o Sr. Presidente da Câmara atribua uma boa quantia para resolver todas as solicitações e pedidos efetuados.

Sobre as tampas que saltam na Estrada do Bom Sucesso, é uma realidade, especialmente junto à Rua da República, houve uma noite que teve de parar e telefonar para o SMAS, porque tinha saltado. A desbaratização na 5 de outubro, vão pedir o reforço, pede ao Sr. Carlos Gonçalves para não esperar pela Assembleia para falar nestes assunto, assim que detetar informe logo, mande um email, para que se possa atuar de imediato.

O problema de Arcena, é aquela estrada de ser curta e não ter passeio, acha que o Sr. Carlos Gonçalves ficou de enviar um croqui, tem todo o interesse em ver esse projeto e ver se era possível ou não coloca-lo no terreno.

Respondendo à D. Carla Tavares, da CDU, sobre a rotunda da zona da Quinta do Forno, a mesma nasceu de uma imposição da Estradas de Portugal, que fez um estudo sobre a sinistralidade nas estradas nacionais e um dos pontos negros da Estrada Nacional 10 é naquela zona, entre o “Sol Nascente” e a Rotunda das Silveiras. A Estradas de Portugal no seu caderno e no seu plano de prevenção de acidentes, colocou anular todos os atravessamentos na Nacional 10 e aproveitaram aquela obra para o fazer. Os técnicos



da Estradas de Portugal, demoraram quase dois anos a executar. Tiraram inclusive canteiro dos dois lados para criar o passeio. Esta questão já foi falada na Assembleia Municipal, sabe que os fiscais da Câmara tiveram uma reunião com os fiscais das Estradas de Portugal na passada sexta-feira, a obra está quase terminada, hoje fizeram o resto das marcações, mas vai-se sempre a tempo de corrigir. Pelo menos, há uma satisfação nesta obra, a Rua do Cochão está alcatroada, a entrada não é a mais facilitadora, espera que seja retificada, aquela “bolacha” não faz sentido.

De seguida, dirigiu-se à D. Maria do Carmo, relativamente à questão do ano de 2014 ser o ano da Agricultura Familiar, informa que está a decorrer na Freguesia, um instrumento de trabalho muito útil, o “Orçamento Participativo” da Câmara, como a mesma é apologista do orçamento participativo, pede que proponha essa ideia, até porque existe um terreno que gostaria que viesse à posse da Junta, situado na Urbanização Moinho de Ferro, junto ao Rio Cróscros. Um terreno impecável para fazer muito talhões, com os 145 mil euros destinados à freguesia de Alverca e também 70 mil euros para a freguesia do Sobralinho. Seriam bem empregues nesta obra é um desafio que a Junta lhe deixa. Todos os projetos posteriormente serão divulgados para incentivar a votação.

As ciclovias, foi aprovado entre a estação e o jardim Álvaro Vidal um caminho pedonal e um ciclovia, acho que a Câmara já lhe mandou o projeto.

Relativamente, a criar mais estacionamento para bicicletas, vai ver com a Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães se quer reforçar o estacionamento dentro da escola.

Sobre a sugestão da aquisição de imóveis, o mesmo não é da competência da Junta, no entanto, fica registado e vão analisar. Estão em negociações para adquirir um terreno junto às muralhas do Castelo porque acham aquela parcela de terreno importante para utilização pública e preservação do que resta das muralhas do Castelo de Alverca. Estão a tentar que o proprietário desça o valor pretendido.

Em relação ao Centro de Formação do Futebol Clube de Alverca, segundo dizem em breve vai ter grandes desenvolvimentos. Vai ter uma parte pública e de recreio. E um parque de estacionamento que em principio será a pagar, dado a dificuldades financeiras existentes no clube.

Relativamente ao rebaixamento dos passeios, nunca fez promessas mas assume compromissos, mandou de imediato uma carta para o SMAS e não foi inteiramente compreendido. Mas estão se a fazer, nomeadamente na Av. Capitão Meleças, no Brejo...

Sobre os Ecopontos na Rua Gago Coutinho, não vão ser colocados mais ecopontos. Os que foram colocados arderam por três vezes, vai-se optar pela ilha. Assim que houver ilhas em Alverca, será colocada. As três prioridades na colocação de ilhas, para a informação de todos, são: Gago Coutinho, Rua do Brejo e em frente à misericórdia na Rua 9 de agosto. A Câmara Municipal tem conhecimento. Alguns moradores já foram informados da situação.



O buraco do SMAS, são sondagens, toda aquela área da Quinta das Obras, a Rua Indústria, Rua da Aviação, a Rua Mário Campos Barbosa vão ser intervencionadas pelo SMAS. Uma urbanização que não tem muito tempo, mas com alguns problemas de pressão, está-se a substituir todas as estruturas de abastecimento de água. Foi necessário fazer algumas sondagens para localizar válvulas e alguns sistemas, dado ser uma obra de grande envergadura.

Respondendo à bancada da Coligação Novo Rumo, as zonas degradadas do Brejo vão levar novo pavimento, só depois levarão as novas lombas. Quanto aos buracos no asfalto na Rua dos Lavadouros, esperasse que agora com o bom tempo, a equipa das recargas comece por dar solução a todos os problemas.

E terminou dirigindo-se à Sra. Presidente da Mesa, que pensa ter respondido a todas as questões. Foi de imediato chamado a atenção por estar sem reposta uma das questões da bancada da CNR sobre a expansão do Quartel dos Bombeiros.

Concordando, o Sr. Presidente do Executivo, disse que houve várias reuniões, estão à espera que os mesmos apresentassem um projeto se seria necessário todo o espaço do cemitério, mas acha que os Bombeiros neste momento estão mais centrados em viver o dia-a-dia do que com a ampliação das instalações, porque atravessam algumas dificuldades. É o único terreno que é mesmo propriedade da Junta de Freguesia e não querem que aconteça o mesmo que aconteceu com o Centro de Formação do FCA, que está parado há muitos anos e num sitio privilegiado. Este princípio, ainda este ano, está planeado desativar a parte Norte do cemitério.

Tendo sido respondidas todas as questões, a Sra. Presidente da Mesa avançou com o **1º. Ponto da Ordem do Dia: “Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia”**, dando a palavra ao Sr. Presidente do Executivo que diz não ter nada acrescentar, a informação foi distribuída a todas as bancadas, encontra-se disponível para qualquer questão.

Pedi para intervir a Sra. Maria do Carmo Dias do Bloco de Esquerda, que diz não ter propriamente uma questão para apresentar mas fazer alguns reparos ao “roteiro de viagens” do Sr. Presidente. Acha importante que algumas iniciativas viessem acompanhadas de relatório, nomeadamente o Congresso da ANAFRE, sobre o que foi fazer e quais as conclusões a que chegaram, por exemplo também nas Assembleias Municipais. Mas o Sr. Presidente refere-se apenas aos eventos em que participa.

O Sr. Presidente Afonso Costa, registou a sugestão, dizem que há elementos que não são necessários, mas tentam cumprir a lei, que relativamente ao Congresso da ANAFRE, foi feito o relatório e enviado para todas as bancadas. A D. Maria do Carmo Dias, do Bloco de Esquerda diz que não recebeu absolutamente nada, provavelmente por discriminação para baixa representatividade na Assembleia, ironizando. O Sr. Presidente tomou nota e vai reenviar.

Seguidamente, entrevistou o Sr. José Chumbo da bancada do PS, relativo à informação do Sr. Presidente sobre o ponto que diz respeito à de assinatura do Acordo de Trabalho

com o STAL e a Junta de Freguesia, queria saber se é respeitante às 35 horas e se assim for, queria deixar registado que tanto os trabalhadores, como o executivo conseguem chegar a consenso quando necessário.

Falou também o Sr. Carlos Gonçalves, dizendo que é de louvar o acordo sobre as 35 horas de trabalho semanais, cerimónia onde este presente e que solidificou o princípio de uma boa relação entre os funcionários e a Junta.

O Sr. Presidente Afonso Costa, diz o principal ponto seria efetivamente o Acordo de Trabalho, mas envolveu muito mais que as 35 horas semanais, nomeadamente, as horas de trabalho contínuo, os descansos, higiene e segurança, muito mais abrangente sobre os direitos e obrigações. Poderá mais tarde, fazer chegar esse mesmo acordo à Sra. Presidente para fazer entregar a todos os eleitos.

Acrescenta também que enviaram o documento para a Direção Geral da Administração e do Emprego Público, para publicação e esta entidade devolveu e recusou porque não estava assinado pelo Senhor Secretário de Estado. Contestámos e ao contestar, pusemos em funcionamento as 35 horas. A autarquia acha que tem autonomia para entrar em acordo com o representante dos trabalhadores. A Direção Geral da Administração e do Emprego Público, achou que se tinha que pedir vassalagem ao Senhor Secretário de Estado, para assinar primeiro e depois é que podia ser publicado. Esta Junta continua à espera mas está a trabalhar com as 35 horas semanais. Como esta Junta, estão dezenas de outras Juntas e Municípios.

Terminada a exposição do Ponto 1, a Sra. Presidente da Mesa, pediu ao Sr. Presidente do Executivo passar à apresentação do **Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: Aprovação da Celebração de Acordos de Execução com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.**

Assim começou por dizer que não se iria alongar nestes pontos, já são bastante volumosos, estes documentos vêm na sequência da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, que vêm alterar a moldura jurídica em relação aos Municípios e Juntas de Freguesia, alterando os habituais protocolos de descentralização que neste concelho já se praticava há muito tempo, mas vem fundamentalmente é de uma descentralização com regras definidas e com verbas para esses objetivos. Nestes contratos está definido as áreas e valor. Uma boa ferramenta de trabalho que irá necessitar de ajustamentos e de aperfeiçoamento, que irão ser corrigidos nos relatórios semestrais e nas reuniões semestrais com o Município. Os contratos agora propostos são tarefas que devem ser feitas e que fazem todo o sentido de estar na jurisprudência das Juntas de Freguesia. Estes acordos, é um trabalho que deve ser feito pela Juntas de Freguesia pela sua proximidade com a população. Sobre os valores, a Junta de Freguesia recebia das descentralizações e protocolos, 915.376,68€ agora vai receber 907.596,53€, com uma diferença de 7.780€, foi uma boa negociação e os valores como ponto de partida são justos. De salientar, uma pequena alteração que houve, trata-se de uma imposição da parte da Câmara Municipal que achou que devia ficar com todos os Parques Urbanos do Concelho, assim o Jardim Álvaro Vidal e o Parque Urbano do MFA, irão passar para a gestão da Câmara Municipal. Documento vasto mas bastante claro. Terminou.

A Sra. Presidente da Mesa, perguntou às bancadas se alguém queria intervir.

Deu a palavra à D. Maria do Carmo Dias do BE, dirigindo-se ao Sr. Presidente Afonso Costa, relatando palavras do documento: “É livremente celebrado e outorgado e reciprocamente aceite e de boa fé o presente Acordo de Execução”, e também pelo o que acabou de dizer, considera de facto que este acordo é bom para as freguesias que preside Alverca e Sobralinho, está mesmo convencido disso? E relativamente às verbas, disse também que as mesmas poderiam ser um pouco maiores, porque para competência existe uma verba atribuída, acha que na maioria os casos, as referidas verbas são suficientes?

Passou a responder, o Sr. Presidente do Executivo, dizendo que há uma expressão que diz “quem paga acha sempre que paga muito, quem recebe acha sempre que recebe pouco”. A Junta diz que recusou algumas coisas, pode recordar, que a Câmara Municipal queria fazer uma descentralização em alguns taludes que são da responsabilidade da mesma, e queriam dar um valor simbólico. Aos fazer as contas, e ver os problemas que os mesmos espaços já têm, resolvemos não aceitar. Na última reunião da Assembleia Municipal, manifestou uma abertura para daqui a 6 meses se houver necessidade de corrigir alguns pontos, serem analisados. E todos os presentes de Junta registámos de bom grado a abertura da Câmara para alterar este documento, que é novidade para todos.

Falou de seguida a D. Carla Tavares da CDU, disse que queriam fazer apenas uma Declaração de Voto:

“A bancada CDU declara desde já que vai votar favoravelmente nos pontos 2 e 3 da Ordem do Dia.

No entanto, gostaríamos de lembrar que nos anos 80 fomos o município pioneiro em termos de descentralização de competências em Vila Franca de Xira.

Claro está, que se foi sempre tentando aperfeiçoar ao longo dos tempos.

De tal modo, que posteriormente, este modelo serviu de base a muitos concelhos pelo nosso país fora.

Daí não ser novidade para a nossa bancada e sermos a favor. Obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa, agradeceu e não havendo mais intervenções, passou à votação.

O ponto 2 foi aprovado por unanimidade.

Passando ao Ponto 3, sobre **“Aprovação da Celebração de Contrato Interadministrativo com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira”**, o Sr. Presidente do Executivo disse não ter a aclarar até porque o Ponto 2 e 3 estão interligados.

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, questionou as bancadas se alguém queria se pronunciar, começou por falar a D. Maria do Carmo do BE, dizendo que ir apresentar uma Declaração de Voto para o Ponto 3, mas também seria para o anterior Ponto.

Surgiu, entretanto, alguma confusão sobre entre os Pontos 2 e 3 da Ordem de trabalhos, que depois de devidamente identificados, a Sra. Presidente da Mesa consentiu a leitura da Declaração de Voto do Bloco de Esquerda (em anexo).



Seguiu-se o Sr. Carlos Gonçalves da CDU, referindo que conforme a sua camarada, Carla Tavares disse, a bancada vai votar favoravelmente os Pontos 2 e 3, no entanto gostaria de acrescentar alguns pontos, que lhes parecem essenciais, ou seja esta transferência de competências da Câmara Municipal para Juntas de Freguesia, obedece a três princípios, da universalidade, está contemplado, daí o voto favorável, a delegação, a antecipação e descentralização e transferência de meios. Contudo, o que vem suscitar algumas críticas, é a manutenção dos valores sem ter sido considerados dois fatores, a inflação e o IVA. Também reconhecem que a grande ou quase totalidade das Juntas de Freguesia prepararam o Quadro de Pessoal à medida das transferências das Câmaras Municipais, nomeadamente para suprir as tarefas concretas da limpeza e manutenção, e ao não considerarem estes fatores inibem de certa forma a sua possível e real concretização dos melhores dos meios.

Pensamos que poderia haver uma outra atenção para com as Juntas de Freguesia num outro contexto político, contudo realçam que ao abrigo da Lei nº.213, que rege estes princípios, as Juntas com especificidades que o justifiquem poderão ter apoios extraordinários.

Aproveita também para salientar que a Câmara Municipal fez transitar um saldo, de 17 milhões de euros, e estas transferências irão representar pouco mais de 5 milhões de euros, valores muito próximos, como a camarada disse, a CDU foi pioneira nestes processos quando a mesma esteve na gestão Municipal, ou seja quase 16 anos. Votam favoravelmente, no entanto não queriam deixar de fazer estas críticas.

O Sr. Presidente Afonso Costa pediu autorização à Sra. Presidente de Assembleia para intervir.

Assim, o Sr. Presidente confirmou que é uma realidade, teve com vários contatos, inclusive enquanto Presidente da Assembleia, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira foi efetivamente pioneira nestas descentralizações e em trabalhos de parceria com as Juntas de Freguesia. Dizer ainda que, a Lei também vai permitir alguma margem de manobra, porque a partir deste ano, começar-se-á a receber 1% do IMI, que até aqui ia todo para Câmara Municipal, não se sabe exatamente quanto é, mas o Sr. Secretário de Estado já o confirmou. O que prova cada vez mais o reconhecimento do trabalho das Juntas de Freguesia e da proximidade que têm com as populações.

Passou a Sra. Presidente da Mesa à votação do **Ponto 3 da Ordem de Trabalhos**, que foi **aprovado por unanimidade**.

Encerrando assim este ponto, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à apresentação do Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **Aprovação das Contas do exercício de 30 de setembro a 31 de dezembro de 2013**.

O Sr. Presidente Afonso Costa deu a palavra ao Tesoureiro, o Sr. José Manuel Peixeiro para apresentar este Ponto.

O Sr. José Peixeiro, desejando uma boa noite a todos, disse o seguinte, dando cumprimento aos preceitos legais vigentes e para informação aos eleitos da Assembleia da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, o Executivo

apresenta o Relatório de Gestão no período de 30 de setembro a 31 de dezembro de 2013, bem como todos os documentos oficiais da respetiva conta por forma a poderem fazer a respetiva certificação e aprovação.

Pelo acima exposto aproveitamos para manifestar que o rigor orçamental que pautou sempre no dia-a-dia, através das atividades promovidas e desenvolvidas pelo Executivo, isto quer dizer, que não foram criadas situações de esforço financeiro que não tivessem sustentação orçamental nas respetivas cotações. Uma das dificuldades presentes na elaboração do presente Relatório de Gestão prende-se com facto dos valores orçamentais referentes à ex-freguesia do Sobralinho, corresponder a um regime contabilístico simplificado em contrapartida com o regime praticado com a ex-Freguesia de Alverca de Ribatejo que tem adotado o regime completo. Nestas circunstâncias não existe a obrigatoriedade da qualificação dos bens inventariados, o que obrigou que este trabalho tivesse de ser feito por equipamento individualizado. Também no regime simplificado não há obrigatoriedade da existência de um Balanço bem como a Demonstração de Resultados pelo que as Amortizações não eram refletidas nas respetivas contas. De acordo com a diferenciação da aplicação dos regimes contabilísticos das duas ex-freguesias, a nova Pessoa Coletiva, a União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, adotando um regime completo da contabilidade teve que contabilizar o património da ex-freguesia do Sobralinho com as respetivas amortizações inerentes ao seu património, nesse contexto traduziu-se no final do exercício um resultado negativo no valor 26.825,52€, mais se informa que este valor é apenas um dado contabilístico, correspondente a um custo do exercício não se refletindo financeiramente. Para complementar esta informação, informamos que o saldo contabilístico apurado a 31 de dezembro de 2013, que vai transitar para o exercício de 2014 é de 48.528,55€, apresentado da seguinte forma, em numerário (Caixa) 167,19€, em Depósitos à Ordem (Bancos) 49.835,50€, isto perfaz 50.002,75€, existindo apenas uma dívida na conta corrente de Fornecedores, com a data a 31 de dezembro de 2013 no valor de 1.474,20€ que não foi possível liquidar a respetiva importância de acordo com a insolvência do fornecedor (Meditrave), aguardamos a evolução do processo para podermos regularizar o respetivo valor. Após esta introdução e no seguimento da apresentação dos respetivos documentos, formulamos votos para uma salutar e responsável discussão, por forma, a analisar e votar de acordo com as responsabilidades que vos foram concedidas. Terminou e colocou-se à inteira disposição das questões colocadas.

A Sra. Presidente da Mesa deu a palavra à D. Maria do Carmo Dias do BE, que agradeceu os esclarecimentos, mas apesar disso tem algumas questões, começando pelo Activo, onde refere as Existências a zero, isso indica que não foi feito o Inventário. Também nas Dívidas de Terceiros a zeros, indica que a Junta recebeu até 31 de dezembro recebeu tudo o que tinha a receber, o que nunca se verifica. Depois na página seguinte e relativamente ao Passivo não estão refletidos os valores da Segurança Social nem as Retenções na Fonte do IRS relativo aos trabalhadores.

O Sr. José Peixeiro, diz não haver dívidas, porque a 31 de dezembro, no fecho do exercício antecipa-se os pagamentos à Caixa Nacional de Aposentações como à Segurança Social, sempre assim foi e até para se encerrar melhoras as contas.

A 31 de dezembro existe apenas uma única dívida é apenas a um Fornecedor em insolvência e que se refere a 2011.

A Sra. D. Maria do Carmo do BE continuou a pedir esclarecimento sobre a existência de uma conta de Provisões do Exercício.

O Sr. José Peixeiro, diz que tem a haver com as Amortizações do exercício.

Então para concluir, diz a D. Maria do Carmo “Não devemos nada ninguém, nem nos devem nada a nós. Excelente.”

O Sr. Peixeiro, dirigindo-se à D. Maria do Carmo Dias, diz que não quer que ninguém saía da Assembleia com dúvidas sobre a contabilidade e dinheiros. Que em todos os exercícios da Juntas de Freguesia deste Concelho, desde a Castanheira do Ribatejo até Vialonga é assim que todos procedem, no final do ano antecipam todos os pagamentos.

Ironizando a D. Maria do Carmo diz que vai solicitar uma formação sobre contabilidade.

Terminada a intervenção da D. Maria do Carmo Dias, a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Carlos Gonçalves da CDU.

Que iniciou dizendo, que tem algumas dúvidas, fundamentalmente sobre o Relatório de Gestão, onde deve constar as opções tomadas, onde se demonstre essas opções, onde e como foi gasto o dinheiro, não somos profissionais para pegar nestes documentos e discerni-los todos e que possibilita os eleitos possam fazer a sua avaliação. Outra questão, é a falta de rigor, não compreende como é que uma freguesia como a do Sobralinho, com a dimensão que tinha, trabalhasse num regime simplificado, mesmo que não houvesse essa obrigatoriedade. A rigor e clareza obrigava a que tomassem outras opções, que não abona em nada a transparência. E ainda aonde é que está este valor de menos 26.825€ das amortizações do património, onde está refletido.

O Sr. José Peixeiro, diz que os 26.825€ com resultado negativo, tem exclusivamente a ver com o património transferido da ex-freguesia do Sobralinho para a União de Freguesias, quando se contabilizou todo esse equipamento, com as respetivas desvalorizações, num exercício de 3 meses, ficou refletido os 12 meses do ano.

Relativamente, ao regime simplificado na ex – freguesia do Sobralinho, era aquilo que a Lei nos permitia ter mas não quer dizer que não houvesse rigor, são apenas regimes completamente diferentes. Até porque os orçamentos das freguesias eram completamente distintos, o que não o justificava, até porque isso acarretava mais custos à Freguesia.

E acrescentou que o Sr. Carlos Gonçalves que tem do seu lado uma ex-Presidente do Sobralinho que fez uma excelente trabalho, e sabes que se pautou sempre pelo rigor, acha de muito mau tom estar a levantar semelhantes questões.

Foi dada palavra ao Sr. José Chumbo, que diz que a sua intervenção vai no seguinte sentido, quando queremos por em causa alguma coisa ou alguém, temos de vir

munidos de argumentos, o que se verificou aqui foi ataques pessoais ao trabalho das pessoas, colocar em causa a competência técnica das pessoas, dos funcionários da Junta e do seu Executivo, vir atacar sem concretizar, não consegue entender. Só quer reforçar a ideia, que este Executivo mostra rigor, mostra que cumpre, as contas estão auditadas, tudo indica que não vai haver problemas com o Tribunal de Contas como a eleita do BE gostaria. E acha que estão de parabéns, se quer mostrar o contrário tem de se fazer “o trabalho de casa”. E terminou.

Foi dada a palavra novamente à D. Maria do Carmo Dias do BE, que respondeu que acha lamentável que se queiram por palavras na boca de outras pessoas, que não disseram. O Bloco de Esquerda não quer que o Tribunal Contas chumbe o orçamento, o Bloco de Esquerda teme que isso aconteça, que é completamente diferente. O Bloco de Esquerda também não acusou ninguém. Disse apenas aquilo o que não se refletia neste orçamento, não estão refletidos. Repetiu novamente, valores como a Segurança Social e as retenções do IRS.

Ninguém aqui se pôs em causa a integridade de ninguém, a não ser que as próprias que o façam.

Considera que o orçamento não está claro. E afirma que não trabalha sozinha no Bloco de Esquerda mas está muito bem acompanhada por especialistas na matéria.

Voltou a intervir, o Sr. Carlos Gonçalves, afirmando que da parte da CDU, não houve nenhum ataque, nem desconsideração, nem desconfiança de ninguém, o que disse é que trabalhar em regime simplificado não abona em nada a transparência. E que o Relatório de Gestão não está explícito o suficiente relativamente às opções e dinheiros gastos, para se possa fazer uma leitura e fazer um juízo em abono da verdade. Terminou.

Dirigiu-se o Sr. José Peixeiro à D. Maria do Carmo Dias, se for ao Resumo Diário de Tesouraria a 31 de dezembro que estão identificadas todas as contas, em numerário e inclusive todos bancos, e na última linha Operações não Orçamentais, o saldo está a zero, quer dizer que numa empresa dita normal ir-se-ia pagar as nossas responsabilidades à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações ao 15 do mês seguinte, mas é muito usual na Juntas do concelho de Vila Franca de Xira, fazer desta forma.

Depois falou para o Sr. Carlos Gonçalves da CDU, dizendo que realmente tinham o regime simplificado no Sobralinho, frisando, tinha-se o que de bom o Partido Comunista fez ao longo de muitos anos e com muitos bons resultados. Considerou uma deselegância, as críticas do Sr. Carlos Gonçalves, não pelo próprio mas especialmente para a colega do lado (D. Quitéria Meireles).

A Sra. Presidente da Mesa, deu a voz à Sra. Olga Martins da CNR. A D. Olga deu a conhecer que é Técnica Oficial de Contabilidade, nunca o foi numa instituição pública, mas sempre no privado, no entanto acha que a exposição por parte do Sr. Tesoureiro foi muito bem apresentada e os mapas contabilísticos não apresentam nenhuma divergência.

Pedi para intervir o Sr. João Pedro Baião do PS, com consentimento da Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, começou por dar uma resposta à bancada do BE, dizendo “não temos a obrigação de saber até porque não somos técnicos de contas mas temos de ter a humildade, para perceber que não sabemos e perguntar para ficarmos esclarecidos”, e não utilizar expressões, como: “Não me convencem que foi tudo pago”. E ainda ficou mais preocupado por saber que existe uma equipa na retaguarda, especializada nesta área, e ao que parece que afinal o conhecimento não é assim tão vasto.

À bancada da CDU, e relativamente ao regime simplificado recorda que nos últimos anos, o Orçamento e Relatórios do Sobralinho foram aprovados por unanimidade e todos sabemos a gestão que aqui foi feita, no Sobralinho, nunca se colocando em questão a falta de rigor. Adiantou ainda, pertencer à área de gestão, também tem alguns conhecimentos de contabilidade e concorda, tal como a colega da bancada da CNR que a apresentação foi bem explanada, nunca questionando a falta de rigor, neste caso, pública. Terminando assim, a sua intervenção.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à votação.

O **Ponto 4** da Ordem de Trabalhos foi **aprovado por maioria**, com oito votos contra das bancadas do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária.

A Sra. Presidente da Mesa inicia o **Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: Apreciação do “Sistema de Controlo Interno”**.

O Sr. Presidente do Executivo começa por dizer que este documento vem à Sessão de Assembleia, apenas por uma única alteração, que tem a haver com o Anexo 3, que é o “Organigrama da União das Freguesias”, com esta nova realidade teve a necessidade de criar um novo anexo, que vem dar novo corpo a este documento.

Foi dada a palavra à D. Maria do Carmo Dias do BE, dizendo que no Artigo 8º, alínea d), fala num Inventário que gostaria de consultar.

Gostava de saber também, quem é o responsável pelo património.

Na alínea f) do Art.8º., fala em apresentar Balancetes mensais, mas qual o limite para apresentar esses mesmos balancetes?

Relativamente ao Art.9º., gostaria de saber quem é que selecciona e com que critérios admissão de novos trabalhadores.

Quanto ao Art.10º., o mesmo diz “poderá ser feito por pessoal administrativo ou por empresa”, questionando que empresa é que pode decidir o abate de património, pensa que isto será da responsabilidade do Executivo.

O Sr. Presidente Afonso Costa responde à D. Maria do Carmo. Quanto ao Inventário, esclarece que o mesmo está em constante atualização. No entanto, pode ir à Junta consultá-lo. Relativamente ao responsável pelo património é o Sr. Patrício Miguel. Quanto ao abate do património há empresas que vão etiquetar o equipamento, mas neste momento, é feito pela Junta, mas não invalida que possa ser feito por uma empresa.



Entreviu o Sr. Patrício Miguel do Executivo, indignado pela D. Maria do Carmo Dias há tantos anos e não conheça o Organigrama desta instituição. Lamenta e surpreende o facto.

Relativamente ao património, se existe nos mapas contabilísticos nomeadamente no balanço, que há pouco fez uma grande confusão com amortizações e provisões, que não soube interpretar os dados e se estão feitos num programa devidamente certificado, é sinal que existem fichas para esses elementos no balanço. Indo ao Activo no Imobilizado, vem o património em termos globais é porque existem os elementos individuais. Se esses Balanços têm sido aprovados pelo Tribunal de Contas, todos os anos, um dos elementos principais é o património. Terminando, dizendo que eram questões escusadas.

Voltou o Sr. Presidente do Executivo, dizendo que o ano de 2012 hove uma inspeção do IGAF, durante quatro meses na Junta e o tiveram um relatório com tudo aprovado com muito boas qualificações.

A D. Maria do Carmo Dias do BE, pergunta onde está esse relatório. O Sr. Presidente Afonso Costa, responde que foi dado um exemplar à Assembleia de Freguesia cessante e teve disponível a todas as bancadas.

Não havendo nada mais a acrescentar, e dado que o Ponto 5 é de apreciação, dispensa votação, a Sra. Presidente de Mesa avançou o Ponto seguinte.

O Ponto 6 da Ordem de Trabalhos refere-se: Aprovação do Regulamento de “Fundo de Maneio”, apresentado pelo Sr. Presidente do Executivo.

O Sr. Presidente Afonso Costa, proferiu que neste ponto não há muito a dizer, com esta reforma administrativa, não tinham este instrumento de trabalho, que é o Fundo Maneio, no sistema de controlo interno, teve que ser criado, e havendo uma delegação no Sobralinho, não podia chegar alguém com uma pequena despesa e a delegação não tinha como efetuar um pequeno pagamento, criou-se assim um Fundo de Maneio, de apenas 135€.

A Sra. Presidente da Mesa pediu calma e silêncio à bancada do Partido Socialista.

Interveio a D. Maria do Carmo Dias da bancada do BE, afirmando que relativamente ao Fundo de Maneio não tinha nada a acrescentar, só queria dizer que lamenta que haja algumas pessoas que não têm outros argumentos recorrem à ironia. Reconhece que até gosta de ironia, quando saudável e não a ironia ligada à falta de educação. E para concluir, responde apenas ao Sr. Patrício Miguel que até pode ter visto mal mas que não fez confusão nenhuma.

Passou-se à votação.

O Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, foi aprovado por unanimidade.

A Sra. Presidente da Mesa, pediu mais alguns minutos para terminar a Ata-Minuta e ser aprovada. Aproveitou o compasso de tempo, para reforçar a ideia, que os líderes de bancada irão ser contactados para rever este ponto dos “tempos”.

Passou a palavra à 1ª. Secretária, D. Luciana Nelas, para efetuar a leitura da Ata-Minuta desta Sessão de Assembleia.

Terminada a leitura, iniciou-se a votação da referida Ata.

A Ata-Minuta foi aprovada por unanimidade.

A Sra. Presidente da Mesa desejou a todos uma Santa Páscoa. Um bom fim-de-semana e um até breve.

A Sessão de Assembleia de Freguesia foi encerrada.

A Presidente de Assembleia de Freguesia

Carlos do Nascimento Borges Bernardo de Vira

A Primeira Secretária

Luciana Nelas

A Segunda Secretária

(Substituição)

Aus do Espírito Santo

Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio

No próximo dia 25 de Abril de 2014, comemoram-se 40 anos da Democracia e da Liberdade.

O dia 25 Abril será sempre bandeira da Democracia, da Liberdade, do poder local democrático e da luta por uma vida melhor e mais digna.

Nada voltou a ser como antes. Conquistámos uma constituição onde são consagrados os direitos fundamentais de todos os Portugueses, os princípios por que se rege o Estado e as regras de organização do poder político. Lutámos e conseguimos, melhores contratos coletivos de trabalho. Ficámos a saber o que é ter um salário mínimo garantido, férias, subsídio de Natal, um horário de trabalho e horas extras pagas. Foi com orgulho que muitos receberam, pela primeira vez, a reforma ou o subsídio de maternidade, ou mesmo o subsídio da baixa por doença. Foi tempo de valorizar as pessoas esquecidas pelo regime ditatorial e fascista que reinou durante 48 anos. Foi o tempo dos direitos e não de esmolas. Foi o tempo do orgulho de ser português.

Muitos foram os governos de várias cores políticas que paulatinamente foram expelindo ataques a estes direitos. Uns furtivamente, outros, descaradamente têm vindo a destruir a arquitetura dos direitos alcançados no pós 25 de Abril, manifestando desprezo por quem trabalha, e trabalhou, para erguer este País.

Em 1886, realizou-se uma manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago nos Estados Unidos, com a finalidade de reivindicar a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Um século e meio depois, os governos neoliberais executam o aumento da jornada de trabalho e a redução do custo do mesmo.

A melhor herança é aquela que não se cobra, que não se contabiliza. Defender a herança de Abril e o 1º de Maio é defender a Democracia, Liberdade, Dignidade Humana. Valores que não podem ser obtidos pelo mercado desregulado, mas sim, por um Estado Social forte que, em parceria com os parceiros sociais, seja agente promotor e defensor de uma política económica de inclusão. Que valorize o conceito de cidadania, com base na conceção de que existem direitos sociais indissociáveis à existência de qualquer cidadão, como os direitos a educação em todos os níveis, a saúde, à segurança social e recursos adicionais que promovam e valorizem a família.



Saudação

25 de Abril - 40 Anos de Liberdade, Igualdade e Democracia

Há 40 anos, na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, homens e mulheres saíram às ruas, e com os militares fizeram história, tornando-se atores principais da Revolução de Abril.

A Revolução de Abril foi o rastilho para uma cultura de Liberdade, Igualdade e Democracia alicerçada e regida por princípios constitucionais.

40 anos após a Revolução de Abril, Portugal vive uma das suas maiores crises, que atinge toda a sociedade, com particular ênfase nos mais desfavorecidos.

40 anos após a Revolução de Abril, com a reorganização administrativa territorial autárquica assistimos ao liquidar, de uma das maiores conquistas que o 25 de Abril deu aos Portugueses, o Poder Autárquico. Foi o Poder Autárquico que, na sequência do 25 de Abril, mais contribuiu para a interiorização e solidificação da democracia, não existe mais nenhum órgão em Portugal onde a democracia esteja tão expressa como no poder autárquico, os seus membros são democraticamente eleitos.

Assinalar os 40 anos da Revolução de Abril, deve ser um desígnio, não só para que a memória não se dilua, mas, e principalmente, para solidificar e manter sempre atuais os ideais de Liberdade, Igualdade e Democracia.

Assim, os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, reunida em sessão ordinária a 11 de Abril de 2014, pretendem:

1. Saudar todos os autarcas, que nestes 40 anos contribuíram para a melhoria das condições de vida da suas populações.
2. Saudar todos os autarcas, que nestes últimos e difíceis anos continuam a trabalhar em prole das populações.
3. Incentivar, em particular, o executivo da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, para que continue a desenvolver e a canalizar todos os seus esforços e recursos na melhoria das condições de vida da sua população, principalmente dos mais desfavorecidos.



4. Saudar todos os militares que, apoiaram e defenderam o restabelecimento e solidificação, de um regime assente nos princípios da Liberdade, Igualdade e Democracia.
5. Saudar todos aqueles que ao longo do período da ditadura lutaram e sofreram as agruras do antigo regime.
6. Saudar todo o povo Português que, pela sua coragem, tornou a Revolução de Abril possível.

Os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, deixam esta saudação como forma de reconhecimento ao 25 de Abril e aos 40 Anos de Liberdade, Igualdade e Democracia.

Alverca do Ribatejo, 11 de Abril de 2014.

**Proposta nº 1/2014
(Remoção de Barreiras Arquitetónicas)**

Exmo. Senhor Presidente,
da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho

○ Considerando:

Que as acessibilidades são um fator importante na mobilidade e qualidade de vida das populações;

Que o empenho e esforço das Juntas de Freguesias sobre esta matéria sempre existiu, sendo no entanto cada vez mais condicionada pelas políticas de financiamento às autarquias;

Que existem alguns vazios quanto aos procedimentos claros a adotar, para que o combate às barreiras arquitetónicas e melhorias das condições de acessibilidades resultem em êxito;

Os eleitos da CDU no sentido de colaborar na remoção de barreiras arquitetónicas propõem:

- - Que se proceda à remoção do poste em madeira que se encontra situado no passeio, na Rua da Boca Lara, junto ao nº 22;
- Que seja feito um levantamento de todas as barreiras arquitetónicas existentes nas Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, sendo-lhes atribuído um índice de prioridade, e um cronograma temporal para a sua remoção e respetivas cabimentações no Orçamento.

A bancada da CDU na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

Sobralinho 11 Abril 2014

**Proposta nº 2/2014
(Iluminação Pública)**

Exmo. Senhor Presidente,
da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho



Considerando que:

A falta de iluminação condiciona o bem-estar, e a mobilidade dos cidadãos e constitui um risco acrescido para a segurança dos peões que necessitam de atravessar a EN10;

Os eleitos da CDU no sentido de colaborar na qualidade de vida e segurança dos cidadãos propõem:

Que seja reforçada a iluminação junto das passadeiras existentes na EN10, permitindo assim aos peões, o seu atravessamento em segurança.



A bancada da CDU na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

Sobralinho 11 Abril 2014

Declaração de voto da bancada do BE

Ponto 3 – Aprovação da celebração de contrato interadministrativo com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

O Bloco de Esquerda tem assumido politicamente a ideia de que a distribuição de competências pelos diferentes níveis de poder instituídos em Portugal necessita urgentes melhorias no sentido de garantir que essa distribuição de competências observe o princípio da subsidiariedade, segundo o qual o exercício de qualquer competência deve ser confiado ao nível de poder mais local possível que tenha escala suficiente para a exercer com eficácia. Se todas as competências de gestão do território fossem exercidas na sua escala pertinente, a resposta política aos problemas e às oportunidades seria mais célere e envolveria o dispêndio de menos recursos públicos.

Não existindo no nosso país uma lei que imponha a distribuição de competências de acordo com o princípio da subsidiariedade, é possível afirmar, sem hesitar, que a descentralização em Portugal está longe de estar completa e que é o país e as suas gentes quem perde com um poder público menos eficiente. O Tratado da União Europeia recomenda uma distribuição subsidiária das competências públicas, e é essa também a recomendação da OCDE no que toca à política de cidades. O Estado central, em Portugal, exerce um rol variado de competências que seriam mais bem desempenhadas pelos municípios, pelas áreas metropolitanas ou por eventuais regiões administrativas, e é também certo que aos municípios são confiadas funções de gestão territorial que requerem proximidade e que não requerem escala, e que desse modo seriam exercidas com maior eficiência pelo nível de poder mais local: as freguesias.

A mais recente lei referente às autarquias locais, a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, mantém o essencial das competências municipais e das freguesias, além de alterar a estrutura e o funcionamento das áreas metropolitanas no sentido de as esvaziar de legitimação democrática, funcional e ao nível dos recursos disponíveis, mas introduz a possibilidade de cada câmara municipal

negociar, com as suas freguesias, contratos interadministrativos que, caso a caso, possam concretizar a descentralização de competências.

A bancada do Bloco de Esquerda entende como positiva a iniciativa de delegar nas Juntas de Freguesia algumas das competências que os executivos destas unidades territoriais exercerão com maior proximidade, com mais conhecimento do local, com maior celeridade e, em suma, numa lógica de maior eficiência. Sendo certo que as forças políticas representadas nos órgãos autárquicos promoverão continuamente uma avaliação dos resultados desta descentralização de competências, o Bloco de Esquerda não encontra razões para adoptar um sentido de voto que não seja o de votar favoravelmente à proposta de contrato interadministrativo.

Desejamos, pois, que o exercício das novas competências possa resultar numa gestão territorial mais próxima das pessoas, com maior facilidade para o poder público lidar com os desafios e oportunidades em conflito na nossa freguesia e que isso se reflecta, efectivamente, na vida quotidiana e nas aspirações de quem reside em Alverca do Ribatejo e no Sobralinho.

12 de Abril de 2014